

Mulheres negras acadêmicas: preconceito, discriminação e estratégias de enfrentamento em uma universidade pública do Brasil

Black academic women: prejudice, discrimination and coping strategies in a public university in Brazil

Bruna Lanzoni Munoz

Gisela Lays dos Santos Oliveira

Alessandro de Oliveira dos Santos¹

Submetido em 1º de outubro e aprovado em 16 de outubro de 2018.

Resumo: Este estudo descreve as experiências de preconceito e discriminação de mulheres negras em uma universidade pública e suas estratégias de enfrentamento. Foi realizado um estudo qualitativo descritivo por meio de entrevista com 15 mulheres na faixa etária de 22 até 55 anos. Os dados coletados foram submetidos a análise de conteúdo, dando origem às categorias: concepções sobre ser mulher negra; experiências de preconceito e discriminação na universidade; estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação. Constatou-se que a concepção de ser mulher negra envolve necessariamente o desafio de construir uma autoimagem e uma identidade positivas e uma perspectiva de resistência. O preconceito e discriminação na universidade manifestaram-se por meio de experiências que indicam hostilidade, rejeição e impedimentos. As estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação, por sua vez, envolvem o apoio da família, o envolvimento com a estética, a religiosidade e a ancestralidade de matriz africana e a participação em coletivos organizados de estudantes negros dentro da universidade.

Palavras-Chave: Mulheres negras. Preconceito. Discriminação. Estratégias de Enfrentamento. Instituições de Ensino Superior.

Abstract: This study describes experiences of prejudice and discrimination by black women in a public university and their coping strategies. A descriptive qualitative study was conducted through interviews with 15 women between the ages of 22 to 55. The data collected were submitted to content analysis giving rise to the categories: conceptions about being a black woman; experiences of prejudice and discrimination in the university; strategies for coping with prejudice and discrimination. It has been found that the concept of being a black woman necessarily involves the challenge of constructing a positive self-image and identity and a perspective of resistance. Prejudice and discrimination at the university have manifested themselves through experiences that indicate hostility, rejection, and impediments. The strategies of coping with prejudice and discrimination involve family support, involvement with aesthetics, religiosity and ancestry of African matrix and the participation in organized groups of black students within the university.

Keywords: Black women. Prejudice. Discrimination. Higher Education Institutions

Introdução

Embora nunca tenha se concretizado oficialmente um regime de segregação no Brasil, a desigualdade racial entre brancos e negros (pretos e pardos) no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho, à saúde e à educação, tem tido graves consequências para a população negra brasileira.

Tomando em consideração especial a educação, estudos têm mostrado que as desigualdades raciais entre brancos e negros aumentam a partir do ensino médio, atingindo seu ápice no ensino superior (BARRETO, 2015; SILVA, 2013). Silva (2013), por exemplo, ao analisar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Censo Demográfico de 2010 constatou que o percentual de brancos no ensino superior correspondia a 73,2% enquanto o de negros a 24,7%. Já no ensino médio esse percentual correspondia a 54,3% de brancos e 44,2% de negros.

A educação é um dos principais instrumentos para a equalização das oportunidades e o combate às desigualdades raciais na sociedade brasileira. Destarte, estudos têm mostrado que após ingressar nas universidades públicas os estudantes negros encontram um ambiente acadêmico hostil a eles (MODESTO, MINELLI, FERNANDES, RODRIGUES, BUFOLO, BITENCOUR & PILATI, 2018; TEIXEIRA & SILVA, 2017; CASTRO, FOSTER & CUSTÓDIO, 2017), além dos desafios impostos por uma academia cujos referenciais epistemológicos são quase sempre eurocêntricos. Essa realidade não é exclusiva do Brasil, mesmo em países nos quais a igualdade de oportunidades é tomada como um valor importante e as universidades buscam promover uma comunidade acadêmica diversificada, é possível encontrar um ambiente hostil àqueles e àquelas que não são brancos. Henry e Tator (2009), por exemplo, examinaram as maneiras pelas quais a cultura institucional da academia canadense privilegia a branquitude e os saberes anglo-eurocêntricos, mostrando como os estudantes não brancos continuam a se envolver em uma luta diária por respeito e espaços seguros e inclusivos em salas de aula e junto a colegas, funcionários e professores.

Isso porque a categoria raça é distintiva de uma diferença social percebida como imediata e, em geral, implica na atribuição de estereótipo e identidade. Ao lado de gênero e classe social, a raça é uma das categorias que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza

as pessoas na sociedade brasileira (SCHUCMAN, 2010). Ela é uma construção social cujo racismo é a ideologia resultante. Trata-se de uma ideologia segundo a qual existem raças puras, umas superiores a outras, com características transmitidas hereditariamente e que determinam e são reconhecidas através da cor da pele, traços de inteligência e caráter, e manifestações culturais (GUIMARÃES, 2003). Ao longo dos séculos o racismo tem sido utilizado para justificar diferentes formas de violência e a manutenção de desigualdades e privilégios.

A manifestação individual do racismo é o preconceito racial, isto é, as percepções, atitudes e juízos pré-concebidos a respeito de pessoas ou grupos de determinada cor-ça e que não são facilmente modificáveis por apresentação de evidência contrária. Já a manifestação social do racismo é a discriminação racial, ou seja, toda distinção, exclusão ou restrição baseada na cor-raça e capaz de por em risco as liberdades fundamentais e os direitos em quaisquer esferas (SANTOS, 2012).

O preconceito e a discriminação racial são uma forma de violência. Santos (2018) realizou uma revisão de literatura sobre a ocorrência desses fenômenos contra estudantes negros nas universidades públicas brasileiras. A coleta de dados envolveu análise de artigos e notícias de jornal envolvendo 09 universidades. Dentre as manifestações de preconceito identificadas pelo autor se destacam mensagens escritas nas portas de banheiros das universidades como: “O lugar dos negros não é a universidade, mas a prisão”; “Mulheres negras fedem”; “Saíam daqui, macacos! O lugar dos negros é a senzala”. Além disso, em redes sociais compartilhadas pelos estudantes como Facebook e WhatsApp o autor também identificou manifestações sutis de preconceito racial como: “Eu quero ver se esses negros serão capazes de se formar, entrar na universidade é uma coisa, mas se formar...”; “Quem diz que os negros serão felizes na universidade? Isso tem que ser o único caminho?”. Em geral, tais manifestações expressam a ideia de que os estudantes negros não têm o mesmo nível educacional e condições de vida de outros estudantes e que sua presença irá reduzir a qualidade dos cursos. Outro fenômeno identificado pelo autor em sua revisão da literatura foi uma exclusão recorrente dos estudantes negros de grupos de trabalho, festas, viagens e outras atividades comuns à vida acadêmica, numa demonstração inequívoca de discriminação racial.

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa maior, em curso desde 2016, intitulada “Mulheres Negras e Violência: A luta por justiça no Brasil e EUA”, que descreve as experiências de mulheres negras universitárias e mulheres negras de baixa renda dos municípios de São Paulo, no Brasil e de Austin, nos EUA. Essa pesquisa pretende compreender quais são as semelhanças e diferenças nas experiências dessas mulheres com a violência nestes dois países e o que as convergências e divergências dessas experiências podem dizer sobre a situação das mulheres negras nas Américas.

O presente artigo focaliza os principais resultados obtidos no âmbito desta pesquisa maior junto a um segmento de mulheres negras acadêmicas da Universidade de São Paulo (USP), descrevendo suas concepções sobre os significados de ser mulher negra, as experiências de preconceito e discriminação na universidade e suas estratégias de enfrentamento desses fenômenos.

Criada em 1934, pelo governo estadual paulista, a Universidade de São Paulo é a maior universidade pública brasileira e uma das mais importantes do país. Segundo dados do Anuário Estatístico da USP, em 2016 a universidade contava com 88.823 estudantes, sendo 58.823 de graduação e 30.000 de pós-graduação. O processo de admissão de um estudante na USP é bastante competitivo, tanto para ingresso na graduação, por meio do vestibular, como para ingresso na pós-graduação, através de processos seletivos que envolvem, em geral, provas sobre conhecimentos específicos, línguas estrangeiras e análise de currículos e projetos de pesquisa. Para os negros, em especial, tais processos de admissão têm sido ainda mais difíceis, sobretudo devido à qualidade da educação que recebem nas escolas públicas em comparação ao que é oferecido aos estudantes das escolas particulares. Tal fato pode ser comprovado pela composição racial dos estudantes de graduação e pós-graduação que ingressaram na USP em 2016. Segundo Bocchini (2016), a maioria dos estudantes que ingressaram neste ano eram brancos (7.728, ou 75,8%), seguidos por pardos (1.427 ou 14%), amarelos (692 ou 6,8%), pretos (328 ou 3,2%) e indígenas (19 ou 0,2%). A composição racial dos professores segue a mesma tendência. Segundo Bergamo (2017) dos 6.200 professores em atividade na USP atualmente, apenas 120 são negros.

Método

Estudo qualitativo descritivo com base em entrevistas com 15 mulheres negras acadêmicas, na faixa etária entre 23 e 55 anos, da Universidade de São Paulo, Campus “Armando Salles de Oliveira”. As entrevistadas não guardam relação de parentesco entre si, sendo selecionadas com base em seu fenótipo, ou seja, a cor de pele preta ou parda (cuja soma na classificação do IBGE corresponde à denominação de pessoas negras). Os nomes delas não foram identificados, sendo substituídos por nomes fictícios neste artigo.

As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2017, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas participantes do estudo. Duraram em média 40 minutos e tiveram como fio condutor um roteiro semiestruturado, focalizando os significados de ser mulher negra, as experiências de preconceito e discriminação na universidade e as estratégias individuais e coletivas de enfrentamento desses fenômenos.

Após a transcrição das entrevistas gravadas em áudio o material foi submetido à análise de conteúdo, buscando-se reconhecer os significados emergentes nos relatos. Em seguida houve o agrupamento dos principais significados emergentes em categorias, construídas com base na convergência dos conteúdos que surgiram: (a) concepções sobre ser mulher negra; (b) experiências de preconceito e discriminação na universidade; (c) estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação.

O estudo, como mencionado, fez parte de uma pesquisa maior, submetida e aprovada junto ao Comitê de Ética de Pesquisa do Instituto de Psicologia da USP com o número de protocolo 62602716.9.0000.5561.

Resultado e discussão

Concepções sobre ser mulher negra

No que se refere às concepções sobre ser mulher, os relatos das entrevistadas giraram em torno de questões referentes às normas e disciplinarizações do corpo feminino, relembando momentos da infância em que eram interpeladas para agirem como meninas, ou da evolução do corpo que acompanha todo um padrão de feminilidade e beleza a serem cumpridos, além da menstruação ou maternidade, entendidas por algumas como o divisor

entre ser menina e mulher. A autocompreensão de ser mulher, portanto, veio através do corpo e do controle e do uso deste. Também foi associado ao medo e ao sentimento de não poder alguma coisa, como, por exemplo, o medo de andar à noite na rua por conta da violência (em especial da violência sexual) e o sentimento de serem constantemente condicionadas a comportar-se de uma determinada maneira devido à normatividade atribuída aos papéis sociais de gênero masculino e feminino.

Enquanto a autocompreensão de ser mulher apareceu muito vinculada às experiências com o corpo nos relatos das entrevistadas, a concepção sobre ser mulher negra foi quase sempre mediada por situações de assédio e necessidade de enquadramento a um padrão branco de beleza. Muitas entrevistadas relataram tais episódios na infância, especialmente na escola. Contaram que eram perseguidas, chamadas de “sujas” e com “cabelo ruim”, que nunca podiam ser a noiva da festa junina e as únicas alunas cuja professora não arrumava o cabelo.

Ao deparar-se desde a infância com as diferenças em relação ao padrão branco de beleza imposto, muitas entrevistadas relatam não conseguirem se relacionar, já que “os meninos só queriam as brancas” (Rita). O que trazia a necessidade de busca por aproximação com esse padrão, gerando consequências que vão desde a dificuldade de encontrar roupas e maquiagens, até uma vida inteira de submissão a práticas que objetivavam a aproximação desse padrão, como alisar o cabelo e, algumas vezes, o desenvolvimento de bulimia na tentativa de emagrecer. Uma das entrevistadas também contou que sua mãe (branca) até hoje insiste que ela faça uma cirurgia plástica para afinar o nariz. Segundo a entrevistada,

Eu sinto raiva, uma revolta, de ter que ser assim, de você ter que abrir mão de quem você é para sobreviver, entendeu? (Olívia)

Outra entrevistada apontou a contribuição da mídia e da indústria da propaganda na manutenção do padrão branco no imaginário social das mulheres negras:

(...) você não se enxerga e do momento que você não se enxerga no mundo, e no mundo que trabalha com uma população massiva, como a televisão, parece que a gente não existe né, e a gente existe em maior número no país inteiro, né, mas a sua representatividade não é respeitada (Lucia).

A questão de relacionamentos e afetividade foi muito levantada pelas entrevistadas, já que os homens brancos, principalmente, mas também os homens negros, não consideram as mulheres negras como uma possibilidade para ficar, namorar, casar. A essa constatação associa-se o fato de as mulheres negras serem, em geral, hipersexualizadas pela sociedade brasileira, que frequentemente as reduzem a essa condição. Uma das entrevistadas contou que já foi confundida com prostituta somente por estar na rua com roupas curtas e que isso não acontece com mulheres brancas. Segundo ela:

(...) você pode sair de pijama na rua, se você for uma mina negra, o cara tá vendo pedaço de bife! (Adriana)

Porquanto, ser uma mulher negra envolve necessariamente o desafio de construir uma autoimagem e uma identidade positivas e uma perspectiva de resistência, pois como diz uma das entrevistadas:

(...) ser mulher negra é, além de ocupar esse lugar tão desprivilegiado, tão vulnerável, é lutar o tempo todo (...) porque a gente precisa viver, entendeu, a gente precisa ter sonho, a gente precisa realizar os sonhos, a gente precisa fazer alguma coisa da nossa vida, então eu acho que hoje, ser mulher negra é muito mais ocupar um lugar de resistência. (Maria)

Experiências de preconceito e discriminação na universidade

As experiências de preconceito e discriminação das entrevistadas na universidade manifestaram-se por meio de relatos que indicam hostilidade, rejeição e impedimentos com base em noções de inferioridade da cor-raça negra e cuja base é o racismo. Como afirma uma das entrevistadas:

Não tem um lugar que você chegue [na USP] que a cor e o cabelo não são questão (Joyce).

Diversos relatos destacaram experiências de preconceito, como comentários dos colegas de classe acerca do “cabelo ruim”. Também foi destacado o comentário de um professor que ficou impressionado ao descobrir que uma das entrevistadas não morava em uma favela e de outro professor que afirmou que não é comum negros cursarem nível superior. Para uma das entrevistadas o preconceito é mais explícito na universidade porque:

Hoje sou estudante de pós e vou ocupando espaços que são majoritariamente da branquitude, você vai sentindo mais coisas e as coisas vão ficando mais nítidas e as pessoas fazem as coisas mais escancaradas, quando você está no lugar que foi destinado a você não está incomodando, mas quando você começa a ocupar o espaço deles [brancos] aí é um problemão. (Paula)

Em relação a experiências de discriminação, muitas entrevistadas relataram que tentaram ser impedidas de adentrar em alguma dependência da USP, como quando são as únicas pessoas para quem os seguranças pedem a carteirinha de estudante, ou mesmo quando são impedidas de circular em determinados espaços por não estarem de posse da carteirinha.

Chama atenção nos relatos das entrevistadas o sentimento constante de não pertencimento à USP, como exemplificado a seguir:

(...) de fato não há a representatividade e a gente acaba não se sentindo bem porque não nos vemos lá e as práticas discriminatórias das pessoas que transitam por este espaço nos fazem a acreditar mais ainda que este lugar não nos pertence (...) um currículo eurocêntrico que ensinou que lugares de conhecimento e poder são de pessoas brancas e as pessoas negras não chegaram lá. (Solange)

Uma das entrevistadas também contou da impossibilidade de usufruir de oportunidades acadêmicas, como a Iniciação Científica, por ter que conciliar a vida universitária com trabalho integral, sendo que um professor recusou orientá-la por já pressupor que não conseguiria ter dedicação total à pesquisa. Em suas palavras:

(...) a USP não é convidativa para pessoas como eu (...) se a universidade, a instituição fosse uma pessoa ela iria te seguir assim por onde você fosse e falar "vai embora, vai embora" é assim que eu me sentia em muitos momentos, principalmente na pós-graduação. (Fernanda)

Os relatos das entrevistadas revelam o quão desafiador a vida universitária se torna para as mulheres negras, dado as consequências geradas por um dia-a-dia que consistentemente lhes recorda o seu não pertencimento ao espaço acadêmico. É um desafio conseguir dimensionar os impedimentos, a exemplo de algumas das entrevistas que se cogitam se mesmo as suas escolhas e trajetória não foram cerceadas pelo que

a sociedade determina como possibilidades para as mulheres negras, como mostra o relato de uma delas que nem pensou cursar medicina por entender que não teria como se dedicar por tanto tempo exclusivamente aos estudos, já que precisava entrar no mercado de trabalho e ajudar sua família.

Ademais, a pressão pela excelência, ter que ser mais, esforçar-se para ter reconhecimento no espaço acadêmico também esteve muito presente nos relatos das entrevistadas, como exemplificado a seguir:

Você tem que fazer algo monstruoso, ser 10 mil vezes melhor pra alguém prestar atenção no que você está falando. (Andrea)

Em seu estudo sobre mulheres negras acadêmicas em uma universidade predominantemente branca nos Estados Unidos, Thomas e Hollenshead (2001) mostram que este lugar marginalizado apontado pelas entrevistadas se perpetua em todos os níveis de ocupação universitária, onde a experiência das mulheres negras é caracterizada por “alienação, isolamento e marginalização social” (p.166). As autoras argumentam que esse lugar na academia não deve ser visto somente como de impedimento, mas também como um lugar onde possam desenvolver uma comunidade de resistência e a produção de um discurso contra-hegemônico. Corroborando essa afirmação, foi possível encontrar nos relatos das entrevistadas o entendimento de que apesar do espaço acadêmico ser hostil, não podem desistir, pois são referências em suas famílias e têm que sustentar essa resistência, contrariar as estatísticas e seguir em frente. Como diz uma das entrevistadas: “(...) só o fato de existir já é uma luta”. (Lívia)

Estratégias de enfrentamento

Preconceito e discriminação geram sofrimento e produzem prejuízos que vão desde a baixa autoestima até a narcotização e transtornos psiquiátricos. Por conseguinte, constituem forma de violência que vulnerabilizam as possibilidades de bem viver de uma pessoa.

Questionadas sobre as estratégias de enfrentamento para lidar com o preconceito e discriminação na universidade, a grande maioria das entrevistadas destacou o apoio obtido em suas próprias famílias, considerado um local de muita cooperação entre as mulheres, já que em grande parte das vezes os homens não estão presentes, sendo essa

colaboração uma questão de sobrevivência. Também citaram o contato com a estética, a religiosidade e a ancestralidade de matriz africana como forma de construir uma identidade negra autoafirmada e orgulhosa de si.

Algumas entrevistadas falaram ainda da importância de explicitar no espaço acadêmico o racismo presente e que opera como motor do preconceito e da discriminação contra as mulheres negras na universidade. Conforme uma das entrevistadas trata-se de:

Escancarar mesmo o racismo, porque quando ele é velado, é mais difícil de combater né, é bem mais difícil. (Ana)

Desse modo, acredita-se que o desvelamento do racismo, através de uma reflexão sobre o preconceito e a discriminação vivenciados no cotidiano pelas mulheres negras acadêmicas, seria capaz de sensibilizar funcionários, estudantes e professores da universidade, mitigando esse fenômeno na instituição e influenciando tomadas de decisão em prol da real equalização de oportunidades entre brancos e negros na academia.

Outra estratégia de enfrentamento do preconceito e discriminação na universidade bastante mencionada foi a participação em coletivos organizados, “se organizar entre a gente” (Romária), para produzir visibilidade e mostrar que estão presentes e unidas no espaço acadêmico. Nesse sentido, muitas entrevistadas apontaram a dificuldade em participar dos coletivos feministas que já existem na universidade, por serem formados majoritariamente por acadêmicas brancas e de classe média alta, cujas questões estão muito desvinculadas da realidade da maioria das acadêmicas negras.

Tal fato pode ser corroborado pela maneira como o movimento feminista tem se consolidado no Brasil. Diferente de países como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, a categoria raça tem sido quase ausente nos estudos sobre relações assimétricas de gênero no país, de modo que as acadêmicas feministas têm priorizado as questões das mulheres brancas, em especial, de classe média, silenciando vozes e negando a diversidade das experiências das mulheres brasileiras (CALDWELL, 2001). O que só reflete a histórica ausência de discussão na esfera pública sobre raça e racismo no Brasil e evidencia a cumplicidade com a manutenção dos privilégios da branquitude, resultando num “apagamento discursivo” da realidade de supremacia branca e dominação racial no país.

A análise sobre as experiências de mulheres negras atravessadas por relações assimétricas de gênero encontra na autora canadense Wane (2009) uma referência importante. Ela defende que diante da diversidade de modos de vida das mulheres negras, não se pode falar de suas experiências sem ao menos apontar a interseccionalidade entre as categorias de gênero e raça. Mas, no Brasil a consideração da categoria raça nos estudos sobre assimetrias nas relações de gênero tem dependido quase que exclusivamente das próprias acadêmicas negras. Por isso muitas das entrevistadas que disseram realizar estudos nesse campo defendem a produção de um “conhecimento militante”. Nas palavras de uma entrevistada:

(...) é fazer uma ciência comprometida, o meu pouquinho eu estou fazendo. (Márcia)

Por fim, mas não menos importante, muitas entrevistadas falaram da necessidade de representatividade, de ocupar os espaços. É preciso estar nos lugares de política e formação universitária para combater o preconceito e a discriminação e produzir responsabilização da comunidade acadêmica em direção à superação do racismo. Conforme o relato de uma entrevistada:

(...) tem que realmente falar a história negra de uma forma coerente, de uma forma íntegra, de uma forma que seja realmente verdade, tem que assumir a escravidão como responsabilidade, o Brasil ele não assume a escravidão como responsabilidade, ele passa por esse período como se tivesse sido um período qualquer, e não foi, né, então, e como se fosse também a única coisa que o negro trouxe para o Brasil, como se negasse uma história pregressa, e uma civilização pregressa, né. E a responsabilização do branco em relação à escravidão, né, então ele realmente assumir essa meia culpa, por assim dizer, sobre a escravidão, porque a culpa de fato do racismo, disso acontecer é por conta de uma supremacia branca, por conta da branquitude, então é uma responsabilidade. (Vera)

Embora a universidade seja um espaço de experiência de preconceito e discriminação, também é o espaço que possibilitou a maioria das entrevistadas o contato com o movimento estudantil, o debate sobre relações de gênero e relações raciais e a retomada da identidade negra como uma fonte de orgulho. Desse modo, aqueles traços que antes eram objeto de vergonha e discriminação, são agora meios de identificação,

valorização e empoderamento, sendo o cabelo grande símbolo dessa transição. Como afirmou uma das entrevistadas:

Tenho orgulho de olhar no espelho e ver o tamanho do meu black, que bom que essa coroa está na minha cabeça (Vera).

Prestes e Paiva (2016) defendem que uma das mais importantes formas de resistência protagonizadas pelas mulheres negras no Brasil é a resiliência enquanto capacidade de ressignificação e superação de experiências potencialmente desintegradoras. Mesmo sendo diversas as estratégias de enfrentamento do preconceito e discriminação relatadas pelas entrevistadas, fica evidente um movimento comum de mobilizar recursos pessoais e coletivos para lidar com situações adversas. Por isso, foi muito presente nos relatos as palavras “força” e “fortalecer”, a exemplo do relato apresentado abaixo:

(...) fortalecer as mulheres negras tipo para que elas consigam lidar de outra forma com essas expressões de racismo e machismo que acontecem com elas, de poder perceber a força que elas têm e perceber que esse espaço que toda hora as pessoas impõem para elas não é o espaço delas, na verdade, não é o que elas devem ser, não é como elas devem agir, para que a gente consiga fortalecer essas minas. (Maria)

Prestes e Paiva (2016) chamam atenção para o simbolismo da palavra “força” projetado nas mulheres negras e encenado por elas em sua luta diária. Segundo as autoras:

O perfil de guerreira, portanto, mais que traço natural ou essência da personalidade de mulheres negras, constituiu-se social e historicamente como uma necessidade prática e integra um aspecto do estereótipo a elas atribuído, frequentemente interiorizado como objeto de identificação (p.9).

Na universidade as características particulares de um ambiente tradicionalmente branco e bastante hostil àqueles e àquelas que não se encaixam em tal padrão, também requerem esse simbolismo de guerreira como imperativo para a proposição de uma resistência que se faz presente e tem sido protagonizada pelas entrevistadas não só como estratégia de enfrentamento do preconceito e discriminação, mas também de luta e compromisso social na busca pela garantia de seus direitos exigindo que a

sociedade brasileira e a própria universidade saiam da inércia e do silêncio e assumam a responsabilidade em propiciar às mulheres negras o que lhes é cabido por mérito e direito.

Referências

BARRETO, P. C. S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.16, 2015, p.39-64.

BERGAMO, M. De 6 mil professores da USP, só 120 são negros. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/07/1898507-de-6000-profesores-dausp-so-120-sao-negros.shtml?cmpid=compfb>. Visualizado em 08/07/2018.

BOCCHINI, B. Cai número de alunos pretos e pardos que entraram na USP em 2016, EBC Agência Brasil. Retirado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/cai-numero-de-pretos-epardos-aceitos-pelo-vestibular-da-usp-em-2016>. Visualizado em 03/03/2018.

BERGAMO, M. De 6 mil professores da USP, só 120 são negros. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/07/1898507-de-6000-profesores-dausp-so-120-sao-negros.shtml?cmpid=compfb>. Visualizado em 08/07/2018.

BOCCHINI, B. Cai número de alunos pretos e pardos que entraram na USP em 2016, EBC Agência Brasil. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/cai-numero-de-pretos-epardos-aceitos-pelo-vestibular-da-usp-em-2016>. Visualizado em 03/03/2018.

CALDWELL, K. L. Racialized Boundaries: Women's Studies and the Question of "Difference" in Brazil. *Journal of Negro Education*, v.70, n.3, 2001, p.219-230.

CASTRO, B. P., FOSTER, E. D. L. S. & CUSTÓDIO, E. S. O Negro na universidade: percepções de estudantes sobre as relações inter-raciais na Universidade Federal do Amapá. *Revist Aleph*, n.29, 2017, p. 87-116.

GUIMARÃES, A. S. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.29, n.01, 2003, p.93-107.

HENRY, F. & TATOR, C. *Racism in the Canadian University: Demanding Social Justice, Inclusion, and Equity*. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

MODESTO, J. G., MINELLI, A. C., FERNANDES, M. P., RODRIGUES, M., BUFOLO, R., BITENCOURT, R. & PILATI, R. Racismo e Políticas Afirmativas: Evidências do Modelo da Discriminação Justificada. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n.33, 2018, p.1-8.

PRESTES, C. R., & PAIVA, V. S. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. *Saúde e Sociedade*, n.25, 2016, p.673-688.

SANTOS, A. O. Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In: PAIVA, V.; AYRES, J. R. & BUCHALLA, C. M. (Org.). *Vulnerabilidade e Direitos Humanos. Prevenção e Promoção da Saúde*. Da doença à Cidadania. Curitiba: Juruá Editora, 2012, p.145-163.

SANTOS, A. O. Strategies of black students benefiting from affirmative action in Brazil to guarantee and protect their subjective well-being. *67th Annual Conference of the University of Florida Center for Latin American Studies*. Gainesville, E.U.A, 09 de Abril de 2018.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*. São Paulo, v. 10, n. 19, 2010, p. 41-55.

SILVA, T. D. Panorama social da população negra. In: SILVA, T. D. & GOES, F. L. (Org.). *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: IPEA, 2013, p.13-28.

TEIXEIRA, G. J. T. & SILVA, R. A. R. Ações Afirmativas: Um Estudo no Campus Central do IFRN. *Anthesis*, v. 5, n.9, 2017, p.92-102.

THOMAS, G. D., & HOLLENSHEAD, C. Resisting from the margins: The coping strategies of Black women and other women of color faculty members at a research university. *Journal of Negro Education*, v.70, n.3, 2001, p. 166-175.

WANE, N. Black Canadian Feminist Thought: Perspectives on Equity & Diversity in the Academy. *Journal of Race, Ethnicity and Education*. Memphis, v. 12, n. 1, 2009, p. 65-77.

Notas

¹ Bruna Munoz Lanzoni e Gisela Lays dos Santos Oliveira são graduandas em Psicologia no Instituto de Psicologia da USP. Alessandro de Oliveira dos Santos é Doutor em Psicologia e docente no Instituto de Psicologia da USP. Os autores trabalharam em diferentes etapas de produção do manuscrito e de modo conjunto na fase final de sua preparação. Bruna foi responsável pela análise de conteúdo das entrevistas com as mulheres negras acadêmicas. Gisela foi responsável pela realização da maioria das entrevistas e Alessandro pelo aprofundamento da análise de conteúdo, revisão conceitual e preparação final do manuscrito para submissão no periódico. E-mail para contato com os autores: alos@usp.br